

Diversidade e direitos

Regressar à democracia

Shahed Sadullah

Nos últimos anos, tem havido um intenso debate sobre a compatibilidade entre o Islão e a democracia. E, no entanto, quando o Islão estava na sua forma mais pura, era praticamente inconcebível para aqueles que aderiam à sua fé ter qualquer sistema que não funcionasse por consenso. Não só a eleição do Califa, como todas as outras decisões importantes, eram tomadas por consenso.

A mudança não foi gerada pela filosofia islâmica ou por qualquer percepção da teoria islâmica, mas sim pelo facto de o Império Islâmico ter começado a crescer e na era pré-moderna, onde quer que isso acontecesse, a democracia e o conceito de consenso eram esmagados. Existiram, na realidade, duas razões centrais para a passagem de uma forma de governo baseada no consenso para um regime totalmente autocrático – e o Império islâmico não foi o primeiro que foi forçado a seguir esta via. A primeira e mais óbvia razão prende-se com a ausência de instituições de democracia indirecta – e é duvidoso que os mecanismos que tornam possível a democracia indirecta pudessem funcionar sem algum grau de modernidade em termos de educação e de meios de comunicação e de produção. A segunda razão prende-se com o facto de a economia ser em grande medida agrária, pelo que os excedentes, base da riqueza das nações, eram limitados e logo centralmente geridos e cuidadosamente distribuídos.

O luxo da economia industrializada, produzindo vastos excedentes, com os paralelos desenvolvimentos na educação e na reforma agrária que se seguiram à revolução industrial e que impulsionaram o crescimento da democracia de tipo ocidental é uma fase da história humana que, convém não esquecer, passou inteiramente ao lado do mundo muçulmano – e não devido a qualquer factor religioso. Aliás, pode mesmo afirmar-se que foi o grande sucesso dos impérios muçulmanos pré-modernos que os deixou sem meios para enfrentar as exigências da moderna democratização. Os impérios pré-modernos precisavam de um sistema forte e centralizado, onde um único homem tomasse as decisões.

Um homem fraco ou a divisão de poderes – duas coisas frequentemente consideradas sinónimos – levou ao fim do Império. Os governantes ocidentais não foram capazes, ou não tiveram os recursos para tentar, de centralizar a autoridade da forma como os governantes muçulmanos o fizeram. Este argumento foi-me sugerido em Bosworth Fields, perto de Market Bosworth, no condado de Leicestershire. Foi aí que, em Agosto de 1485, foi travada uma das mais importantes batalhas inglesas, que mudou o rumo da história do país.

Em Bosworth Fields Henry Tudor defrontou o rei Ricardo III e apesar de estar em minoria ganhou o dia devido a um acto intempestivo de Ricardo, iniciando assim a era Tudor. O que me espantou foi a carta escrita ao rei Ricardo por um dos seus nobres, pedindo-lhe para se apresentar no campo de Bosworth com mais 85 homens para lutar contra o Tudor impostor. Como Henry tinha menos de 5000 homens sob o seu comando e o rei tinha pouco mais de 11000, 85 homens a mais ou menos podiam fazer a diferença. Não estavam mais de 16000 homens presentes no campo de batalha, em Agosto de 1485. Quarenta anos mais tarde, em Abril de 1526, Babar lutou contra o governante da Índia, o sultão Mohammad Ibrahim Lodhi nos campos de Panipat, numa batalha que estabeleceria o grande império Mughal no subcontinente sul-asiático. Por comparação com os 16000 homens da batalha de Bosworth Fields, estavam 130000 em Panipat.

A questão é que os governantes muçulmanos procuravam garantir, geralmente, que o seu poder era tão esmagador que lhe permitia não ter que depender de ninguém para garantir a sua sobrevivência. A democracia britânica tem, em boa medida, nas suas raízes a dependência do rei em relação aos seus duques e barões, para que lhe garantissem os homens de que necessitava em tempo de guerra, tanto em termos defensivos como ofensivos, e este factor está na base do moderno processo consultivo europeu, que levou à criação do «pai» dos parlamentos. Na maioria das regiões do mundo muçulmano, e certamente durante o período de 700 anos de domínio muçulmano no subcontinente sul-asiático, este factor nunca esteve presente e mesmo que governantes menores fossem chamados a ajudar o monarca perante uma ameaça, não tinham qualquer hipótese de recusar tal pedido. O resultado deste espantosa autoridade central e da intolerância que acarretava, foi que o progresso científico e tecnológico, veículo da revolução industrial no ocidente, passou totalmente ao lado do mundo muçulmano.

O poder gera riqueza e a riqueza podia conseguir tudo o que a produção industrial em massa produzia, incluindo as máquinas de guerra. A educação deixou de ser uma

prioridade enquanto forma de perpetuação do poder, o que levou à redução da visão do mundo, agora limitado às próprias fronteiras do reino. Infelizmente, esta atitude de menosprezo perante a educação ainda existe em muitas zonas do mundo muçulmano, incluindo o Paquistão. Uma das muitas histórias de corrupção que circulam sobre o chamado governo democrático que o país tem tido nos últimos quinze anos, foi a revelação, no final dos anos 90, da existência de cerca de 20 000 escolas «fantasmas» no Paquistão. Para os não iniciados nas teias da corrupção, uma escola fantasma é aquela que só existe no papel, mas que tem um orçamento aprovado, que supostamente paga salários aos professores, faz obras de manutenção, compra livros, quando na verdade somente existe uma cabra amarrada a um tronco de árvore!

E isto num país que proclama ter sido constituído em nome de uma religião cujo livro sagrado, o Corão, menciona a palavra 'ilm' ou conhecimento mais vezes do que qualquer outra, à excepção do próprio nome de Deus.

A democracia surge em função de determinadas condições sociais, políticas e económicas, muitas das quais nunca tiveram hipótese de germinar em terras que tiveram que suportar o fardo da colonização, justamente quando esses factores se estavam a desenvolver noutras partes do mundo. Os conceitos básicos e fundamentais do Islão são a igualdade, a justiça e o consenso – e não pode haver melhor base ideológica para a democracia do que um sistema de ensino que promova esses conceitos. Se a democracia não conseguiu vingar em grande parte do mundo islâmico não foi por causa do Islão, mas apesar dele.

Na verdade, aprofundando o argumento que os factores sociais, políticos e económicos é que são determinantes, e não a religião, poder-se-ia mesmo afirmar que esses factores foram também responsáveis pela tradição democrática dos primórdios da governação islâmica, nas eras de Khalifa e Rashidun, tanto quanto as qualidades sublinhadas pelo Islão. Apesar de os muçulmanos acreditarem que o Islão veio para toda a humanidade, foi fundado como uma religião árabe e absorveu muitas das normas de governação prevalecentes na sociedade árabe da época. O Sayyid, ou líder da tribo, era eleito – não era um cargo hereditário nem de nomeação – e todas as decisões importantes, como a guerra, eram tomadas por consenso. O carácter democrático dos primórdios dos governos islâmicos de Khalifa e Rashidun era tanto consequência disto como dos princípios indubitavelmente igualitários do islão.

Não seria honesto da minha parte não admitir que o debate sobre o islão e a democracia é algo que considero preocupante e mesmo frustrante. Recentemente, tem-se cada vez mais a impressão que quando o Ocidente, particularmente o mundo anglo-saxónico, fala de «democracia» está a referir-se a um governo que por ele tem simpatia e que não aprecia os seus opositores ou inimigos, e que o factor da aprovação popular não tem realmente grande importância. Assim, os movimentos de Lech Walesa, na Polónia, contra Ceausescu, na Roménia, e os acontecimentos da Praça de Tianamen foram definidos como “pró-democráticos”, enquanto movimentos como a revolução iraniana, que destronou o Xá Reza Pahlevi, que estava tão próximo da democracia, não o foi.

Da mesma forma, a vitória eleitoral da FIS na Argélia não gerou nenhuma declaração de regozijo – ao contrário do golpe militar que negou o veredicto popular, visto como um desenvolvimento que, de alguma forma, favorecia a causa da democracia. Por outro lado, existiram, e ainda existem, muitos governos não democráticos no mundo muçulmano que não receberam qualquer crítica do Ocidente – enquanto fizeram a sua vontade. Assim, a democracia enquanto filosofia política ocidental é vista como tendo duas faces ou, ainda pior, como um sistema que se baseia tanto na honestidade intelectual como a actividade de Al Capone, o famoso gangster de Chicago. Não é assim que o mundo islâmico vai ser persuadido a seguir a via democrática.

Mais recentemente, depois do 11 de Setembro, a grande preocupação com a democracia no mundo islâmico assumiu uma outra dimensão, igualmente irreal. Não posso deixar de ter a sensação que essa grande preocupação se baseia na suposição que quando o mundo muçulmano estiver no mesmo “comprimento de onda” do mundo ocidental, partilhará a mesma visão sobre todas as questões, desaparecendo assim as divergências ou sendo resolvidas de forma não-violenta. A primeira suposição traduz a completa falta de vontade de aceitar os verdadeiros factores que movem o mundo islâmico contra o resto do mundo; a segunda, mais uma esperança do que propriamente uma suposição, esquece que não é assim que a democracia funciona – e nem é suposto que funcione.

As diferenças que a democracia resolve no seu seio são de natureza interna e não externa. Assim, enquanto as diferenças entre ideologias políticas podem ser contidas e resolvidas pelas instituições democráticas, o mesmo não se aplica às divergências externas como a ocupação territorial por poderes externos ou a negação do princípio básico e fundamental da auto-determinação. As diferenças que hoje vemos entre o Islão e o Ocidente radicam no que se passa na Palestina, em Caxemira ou na Tchécchia e não em qualquer elemento

da filosofia islâmica. Nada disto significa que a democracia não seja algo a que o mundo islâmico não deva aspirar. Certamente que é, mas para o próprio bem do mundo islâmico e não porque poderá diminuir as diferenças entre o Islão e o Ocidente. O maior impulso que o Ocidente poderia dar ao desenvolvimento da democracia no mundo islâmico seria apoiar causas democráticas.

Todas as grandes fés do mundo, incluindo o Islão, alastram pelo exemplo; para a democracia se expandir, terá que seguir o mesmo caminho. Tem que provar que os valores que proclama não desaparecem quando são os amigos que os violam e que esses valores têm um objectivo maior do que servirem de bastão para bater nos inimigos, reais ou imaginários. E paralelamente a uma ordem política internacional mais justa terá que haver uma ordem económica mundial mais justa. A democracia não pode, por um lado, orar no altar de um sistema económico de laissez faire, enquanto, por outro lado, concede grandes subsídios aos seus próprios agricultores e nega aos países em desenvolvimento o acesso aos seus mercados, para que aí possam vender os seus bens.

Para além disso, a questão do alargamento da educação e da reforma agrária deve ser muito mais realçada nos países islâmicos do que a organização periódica de eleições, de duvidosa validade. As pessoas não lutarão pelos seus direitos enquanto não souberem quais é que eles são e, igualmente importante, quais os deveres e as responsabilidades que esses direitos acarretam. Talvez com a educação venha a consciência de que a democracia não é um sistema ocidental, que é simplesmente o processo através do qual o poder é exercido por um maior número de pessoas e, nesse medida, é um inexorável processo histórico. Do outro lado da grande linha divisória, porém, deve existir a consciência de que nem todas as sociedades seguirão o mesmo percurso nesta inevitável devolução do poder e de que o produto final não será sempre exactamente o mesmo.